

SUMÁRIO

Série “Cursos de Extensão da APET” 13

Apresentação 15

Introdução

IMPOSTO SELETIVO NO BRASIL: UM BALANÇO ENTRE O QUE ESTÁ E
O QUE NÃO ESTÁ NO TEXTO DA NORMA JURÍDICA 19

José Maria Arruda de Andrade

1 Introdução 19

2 Origem da tributação seletiva e especial 21

3 O forte caráter fiscal do Imposto Seletivo 23

4 Breves considerações sobre extrafiscalidade 32

5 Conclusões jurídicas de *legal design* 35

IS OU NÃO IS: EIS A QUESTÃO TRIBUTÁRIA – OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO
DA TRIBUTAÇÃO ESPECIAL 39

Fábio Piovesan Bozza

Rafael Corrêa Pinheiro

1 A introdução do IS no sistema tributário brasileiro e os objetivos
a serem perseguidos 39

2 A seletividade do IS 41

3 Desafios da implementação do IS 43

4 A função regulatória ou extrafiscal do IS 44

5 Políticas públicas por meio da cobrança de tributos 47

6 O IS incide sobre a atividade ou sobre o produto? 48

7 IS como tributo não neutro 49

8 Conclusão 50

PRIMEIRAS IMPRESSÕES DA NATUREZA JURÍDICA DO NOVO IMPOSTO SELETIVO SOBRE PRODUTOS NOCIVOS À SAÚDE: SELETIVIDADE CASUÍSTICA, EXTRAFISCALIDADE ABERTA, ESSENCIALIDADE AMBÍGUA, (DES)PROPORCIONALIDADE E INCERTEZA JURÍDICA	53
<i>Gabriel Mendes Rodrigues</i>	
<i>Paulo Rosenblatt</i>	
1 Introdução	53
2 Desafios históricos na determinação do conceito da seletividade	55
3 O novo imposto seletivo e a ambiguidade quanto à essencialidade	59
4 A extrafiscalidade aberta e a seletividade casuística como elementos materiais do novo imposto	63
5 Conclusão	64
○ IMPOSTO SELETIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA	67
<i>Alessandra Okuma</i>	
1 Introdução	67
2 Breves considerações sobre o imposto seletivo no direito comparado	68
3 Recomendações da OCDE para o imposto seletivo	70
4 O imposto seletivo brasileiro na EC 132/2023	71
5 A regulamentação do imposto seletivo no PLP 68/2024	75
6 A relevância da finalidade extrafiscal e a exportação de minérios	76
7 A isenção do imposto seletivo para veículos industrializados no Brasil	83
8 Nossas conclusões	88
9 Referências	89

Competência

COMPETÊNCIA E FINALIDADE CONSTITUCIONAIS DO “IMPOSTO SELETIVO”	95
<i>Maurício Barros</i>	
1 Introdução	95
2 Competência tributária e motivo constitucional tributário	96
3 Breves apontamentos sobre as finalidades dos <i>excise taxes</i> e do histórico do processo legislativo de instituição do imposto seletivo no Brasil	102
4 O motivo constitucional tributário do Imposto Seletivo	108

4.1 Aspectos formais	115
4.2 Aspecto genético	117
4.3 Justiça fiscal	118
4.4 Aspecto orçamentário-financeiro	120
5 Conclusões	125

CONTORNOS DA REGRA DE COMPETÊNCIA DO IMPOSTO SELETIVO	129
---	-----

Marcela Adari Camargo

1 Introdução	129
2 Delineamento do Imposto Seletivo a partir do enquadramento atual	131
3 Conclusão	137

Base de cálculo

A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SELETIVO	141
---------------------------------------	-----

Marcelo Magalhães Peixoto

Marcelo de Lima Castro Diniz

João Henrique Sato

1 A nova competência atribuída à União Federal	141
2 O viés fiscal ou extrafiscal da exação	145
3 Peculiaridades da base de cálculo do IS	147
4 Precedentes em matéria de IPI, taxa de polícia, CIDE e a virtual relevância na compreensão da base de cálculo do IS	151
5 Considerações finais	156

DESAFIOS DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SELETIVO	157
---	-----

Fabiana Carsoni Fernandes

Gabriel Miranda Batisti

1 Introdução	157
2 A base de cálculo e a alíquota do Imposto Seletivo segundo a EC 132	158
2.1 Base de cálculo	158
2.2 Alíquota	160
3 Extrafiscalidade e parâmetros para a definição da base de cálculo e da alíquota do Imposto Seletivo	161

4 As dificuldades inerentes ao controle da extrafiscalidade: o caso da seletividade em função da essencialidade	174
5 Desafios para a definição da base de cálculo e alíquota(s) do Imposto Seletivo	176
6 Base de cálculo e alíquotas do Imposto Seletivo no Projeto de Lei Complementar n. 68, de 2024	178
7 Conclusões	183

Materialidade

A MATERIALIDADE DA REGRA DE COMPETÊNCIA DO IMPOSTO SELETIVO	187
<i>Thabitta de Souza Rocha</i>	
1 Introdução	187
2 Materialidade constitucional da regra de competência do Imposto Seletivo	188
3 Materialidade do Imposto Seletivo à luz da lei complementar	189
3.1 Projeto de Lei Complementar n. 29/2024	190
3.2 Projeto de Lei Complementar n. 68/2024	190
3.2.1 Tributação sobre veículos, embarcações e aeronaves	191
3.2.2 Tributação sobre a comercialização dos produtos fumígenos	192
3.2.3 Tributação sobre bebidas alcoólicas e açucaradas	192
3.2.4 Tributação sobre bens minerais extraídos	193
4 Breves considerações acerca da materialidade do Imposto Seletivo	193
5 Conclusão	194
6 Referências	195

Extrafiscalidade

IMPOSTO DO PECADO OU IMPOSTO SELETIVO – COMO SE JUSTIFICA A EXTRAFISCALIDADE?	199
<i>Fernando Aurelio Zilveti</i>	
1 Introdução	199
2 A extrafiscalidade no sistema tributário e o Imposto Seletivo	202
3 O que se procura com o Imposto Seletivo na Reforma Tributária	204
4 Em que medida o Imposto Seletivo se justifica	207
5 Conclusão	211

<p>○ EFEITO DA TRIBUTAÇÃO SELETIVA SOBRE BEBIDAS AÇUCARADAS. ○ CONCEITO DE TRIBUTO "SAUDÁVEL". A UTILIZAÇÃO DE ALÍQUOTAS ESPECÍFICAS (<i>AD REM</i>) E <i>AD VALOREM</i> E A COMBINAÇÃO DE AMBAS NA BUSCA DE MAIOR EFETIVIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO À SAÚDE</p> <p><i>German Alejandro San Martín Fernández</i></p> <p>1 Introdução</p> <p>2 Tributação seletiva</p> <p>3 A utilização dos tributos com finalidade extrafiscal e a tributação seletiva como instrumento de redução das externalidades negativas</p> <p>4 Eficácia social da utilização do tributo como meio de estímulo (e desestímulo) a adoção de comportamentos (normas indutoras). A teoria da escolha racional</p> <p>5 As técnicas à mão do legislador para o desestímulo ao consumo de produtos prejudiciais à saúde</p> <p>6 Conclusão</p> <p>7 Referências</p>	<p>213</p> <p>213</p> <p>214</p> <p>218</p> <p>224</p> <p>226</p> <p>228</p> <p>229</p>
<p>○ IMPOSTO SELETIVO COMO INSTRUMENTO DE INDUÇÃO E A INCONGRUÊNCIA DOS INCENTIVOS AOS ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS</p> <p><i>Tathiane Piscitelli</i></p> <p><i>Gabriela Marília N. Soares</i></p> <p>1 Introdução</p> <p>2 O imposto seletivo na reforma tributária</p> <p>3 Alimentos ultraprocessados: por que tributar mais pesadamente?</p> <p>4 Conclusão</p> <p>5 Referências</p>	<p>231</p> <p>231</p> <p>236</p> <p>238</p> <p>245</p> <p>246</p>
<p>ISONOMIA E LIVRE CONCORRÊNCIA NA TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS</p> <p><i>Eduardo Perez Salusse</i></p> <p><i>Lina Braga Santin Cooke</i></p> <p>1 Introdução</p> <p>2 Cenário atual: ausência de isonomia entre bebidas alcoólicas</p> <p>3 A falácia da bebida mais fraca: álcool é álcool</p> <p>4 Inaplicabilidade do conceito de seletividade: não existe bebida alcoólica mais ou menos essencial do que outra</p> <p>5 Isonomia e livre concorrência no imposto seletivo</p>	<p>253</p> <p>253</p> <p>256</p> <p>258</p> <p>261</p> <p>262</p>

6 O perfil de consumo brasileiro e as recomendações do Conselho Nacional da Saúde	266
7 Capacidade arrecadatória do mercado de cerveja, mercado ilegal de vinhos e destilados e perda de receita no cenário atual	270
8 Conclusões e proposta de isonomia na tributação de bebidas alcoólicas conforme PLP 68/2024	272
9 Referências	273

Temas específicos

IMPOSTO SELETIVO: CINCO CAMINHOS PARA O SEU CONTROLE FINALÍSTICO	279
<i>Carlos Augusto Daniel Neto</i>	
1 Introdução	279
2 Os efeitos do Imposto Seletivo	280
3 A norma de competência do Imposto Seletivo	283
4 Outras hipóteses de controle do Imposto Seletivo	287
4.1 Teste de necessidade proporcional de indução	287
4.2 Rupturas com a unidade do ordenamento jurídico	288
4.3 Redução teleológica na aplicação concreta	290
5 Conclusão	291
6 Referências	291
INTERSECÇÕES ENTRE O IMPOSTO SELETIVO E A CONTRIBUIÇÃO ESTADUAL SOBRE PRODUTOS PRIMÁRIOS E SEMIELABORADOS	293
<i>Thais Romero Veiga Shingai</i>	
1 Introdução	293
2 O imposto seletivo na reforma tributária brasileira	294
3 A tributação sobre as extrações, inclusive em caso de exportação	297
4 CPPS: uma cobrança incompatível com os pilares da reforma tributária	301
5 Considerações finais e conclusão	303

O CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PRODUZIDOS NA ZFM, AS BEBIDAS AÇUCARADAS E O IMPOSTO SELETIVO	305
<i>Salvador Cândido Brandão Junior</i>	
1 Introdução	305
2 A tributação sobre o consumo e a não cumulatividade do IPI	307
3 O imposto seletivo na Emenda 132/2023 e no PLP n. 68/2024	313
4 Considerações finais	317
5 Referências	318
O IMPOSTO SELETIVO SOBRE OS BENS MINERAIS E SUA EXPORTAÇÃO	321
<i>Fernando Facury Scaff</i>	
I O imposto seletivo	321
II Breves notas sobre a interpretação jurídica	324
III O Imposto Seletivo sobre a atividade mineral na EC 132 e sua interpretação	327
IV A mineração no PLP 68	329
V Conclusões	331
IS-NIVELADOR: REGIME E CONTROLE DA TRIBUTAÇÃO SELETIVA NAS IMPORTAÇÕES	333
<i>Leonardo Ogassawara de Araújo Branco</i>	
1 Introdução	333
2 Imposto seletivo nivelador	336
3 Desestímulos tributários às externalidades negativas nas importações	339
3.1 A tarifa como o caminho para a indução discriminatória	339
3.2 IS-Importação e limites à sua existência autônoma: anterioridade, regime tributário e não discriminação	340
4 Condições niveladoras da seletividade	341
5 Vinculação da desoneração do imposto seletivo a políticas de conteúdo local: a desoneração do setor automotivo (inciso III do § 1º do art. 405 do PLP n. 68/2024)	347
6 Conclusão	351